



Neoextrativismo como expressão da dependência no capitalismo financeirizado: um estudo de caso sobre o Brasil

Laís Benevenuto de Azevedo¹
Danilo Augusto da Silva Horta²
Mateus de Oliveira Martins da Silva³
Igor de Oliveira Fogolin⁴

Resumo

Neste trabalho pretendemos analisar se a reorganização da pauta produtiva em torno de atividades extrativas, que se desenrola no Brasil a partir da década de 1990, sinaliza o aprofundamento da subordinação brasileira na Divisão Internacional do Trabalho. Compreendemos que as transformações que perpassam o regime de acumulação capitalista, sob o processo de financeirização da economia internacional adicionam novos contornos à posição dependente brasileira, impondo um abismo ainda maior entre centro e periferia e um arranjo socioespacial em torno ao agronegócio e ao capital financeiro, que vulnerabiliza sobremaneira as conquistas populares. Utilizamos, para nossa análise, o ferramental teórico da Teoria Marxista da Dependência, bem como contribuições teóricas marxistas sobre financeirização e mundialização do capital, neoextrativismo e a questão agrária brasileira. Esta é uma pesquisa de caráter exploratório que se utiliza do método de abordagem hipotético-dedutivo com o objetivo de compreender como as dinâmicas de acumulação capitalista se articulam a nível global e local.

Palavras-chave: Dependência, Financeirização, Neoextrativismo.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEO/UFU). Bolsista financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na modalidade Doutorado (GD). Linha de pesquisa em Dinâmicas territoriais, com ênfase em Geografia Econômica, Economia Política Internacional, Economia Marxista, Teoria da Dependência, Economia Política da Amazônia, Questão Agrária no Brasil e Neoextrativismo. E-mail: laisbazevedo@hotmail.com

² Mestrando em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), bolsista de mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Desenvolvo pesquisas em temas relacionados a dinâmicas econômicas e financeiras; relações internacionais e política externa; China; Rússia e Uberização. E-mail: danilosilvahorta@gmail.com

³ Bacharel em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente é mestrando no programa de pós-graduação em Relações Internacionais no PPGRI/IERI na Universidade Federal de Uberlândia. É membro associado ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Capitalismo Contemporâneo CACO. Tem pesquisa na linha de Economia Política Internacional, com ênfase em leituras marxistas, tendo como principais pontos de interesse: Desenvolvimento, Ideologia, Dependência, Fascismo. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-Brasil). E-mail: mateusomsilva@gmail.com

⁴ Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Tem experiência na área de Ciência Política. E-mail: fogolin.fgl@gmail.com

Neoextractivismo como expresión de la dependencia en el capitalismo financializado: un estudio de caso sobre Brasil

Resumen

En este trabajo pretendemos analizar si la reorganización de la agenda productiva en torno a actividades extractivas, que ha tenido lugar en Brasil desde la década de 1990, señala la profundización de la subordinación brasileña en la División Internacional del Trabajo. Entendemos que las transformaciones que permean el régimen de acumulación capitalista, bajo el proceso de financiarización de la economía internacional, añaden nuevos contornos a la posición dependiente brasileña, imponiendo un abismo aún mayor entre centro y periferia y un arreglo socioespacial en torno a los agronegocios y situación financiera del capital, lo que hace que los logros populares sean extremadamente vulnerables. Para nuestro análisis, utilizamos las herramientas teóricas de la Teoría Marxista de la Dependencia, así como las contribuciones teóricas marxistas sobre la financiarización y globalización del capital, el neoextractivismo y la cuestión agraria brasileña. Se trata de una investigación exploratoria que utiliza un enfoque hipotético-deductivo con el objetivo de comprender cómo se articulan las dinámicas de la acumulación capitalista a nivel global y local.

Palabras-clave: Dependencia, Financiarización, Neoextractivismo.

Neoextractivism as an expression of dependence in financialized capitalism: a case study on Brazil

Abstract

In this paper we intend to analyze whether the reorganization of the productive agenda around extractive activities, which has taken place in Brazil since the 1990s, signals the deepening of Brazilian subordination in the International Division of Labor. We understand that the transformations that permeate the regime of capitalist accumulation, under the process of financialization of the international economy, add new contours to the Brazilian dependent position, imposing an even greater abyss between center and periphery and a socio-political-economic arrangement around agribusiness and financial capital, which makes popular achievements extremely vulnerable. For our analysis, we used the theoretical tools of the Marxist Dependency Theory, as well as Marxist theoretical contributions on financialization and globalization of capital, neo-extractivism and the Brazilian agrarian issue. This is an exploratory research that uses a hypothetical-deductive approach with the aim of understanding how the dynamics of capitalist accumulation are articulated at a global and local level.

Key words: Dependence, Financialization, Neo-extractivism.

1 Introdução

Já no início da segunda metade do século XX, a economia brasileira encontrava-se num considerável processo de expansão produtiva, com tendencial diversificação de sua pauta produtiva — e com grande apoio estatal por trás deste processo, como se verifica

ilustrativamente no surgimento de várias estatais como a Petrobras (em 1953), a Vale do Rio Doce (em 1942), a Companhia Siderúrgica Nacional (em 1941), entre outras.

Ao fim da primeira metade do século XX, a economia brasileira encontrava-se num processo expansivo que apontava para uma forte possibilidade de industrialização da pauta produtiva nacional. Não apenas observava-se a consolidação e expansão de diversos setores industriais, como também grande apoio político em torno da industrialização brasileira (Tavares, 2016). Nos anos subsequentes também é observado um avanço considerável no debate em torno à reforma agrária brasileira e projetos diversos de modernização e desenvolvimento de um setor primário então estagnado (Delgado, 2005). Entretanto, a década de 1960 se caracteriza por um período de convulsões sociais intensas por toda a América Latina - fortemente influenciadas por interesses imperialistas estrangeiros - que resultam na instauração da ditadura empresarial-civil-militar no Brasil, em 1964.

Com a instauração da ditadura empresarial-civil-militar, ocorreu uma estagnação nos processos identificados como centrais para um desenvolvimento socioeconômico de caráter minimamente popular no Brasil, especialmente no campo. O debate da reforma agrária, por exemplo, é abolido do cenário político e substituído pela retórica da modernização técnica conservadora, em privilégio às oligarquias latifundiárias (Delgado, 2012). Enfatiza-se ainda a construção de um projeto nacional industrializante embasado: na regionalização desigual; no desenvolvimento dos complexos agroindustriais e na massiva urbanização da população, que favorecem a concentração da grande indústria na região centro-sul do Brasil; os grandes empreendimentos minerais e energéticos estrangeiros; o latifúndio monocultor e a formação dos exércitos industriais de reserva nas cidades (Hirschman, 1987; Delgado, 2012).

A possibilidade do estabelecimento de uma economia dinâmica, focada na consolidação de um amplo mercado interno, dependia de políticas governamentais de impacto sobre as conformações sociais locais. Atendendo diretamente às necessidades imediatas para a geração de emprego e demanda nacional, por um lado, e para a criação e fomento de uma classe intelectual brasileira, através de incentivo massivo a um sistema educacional completo, por outro. O que podemos observar, no entanto, é a conformação de um território, sociedade e economia voltados para a produção industrial simples, especialização e modernização produtiva do setor primário - em atenção às necessidades externas, no que se consolidava enquanto a nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) - fornecimento de mão-de-obra barata e amplos incentivos fiscais ao grande capital internacional ou à burguesia nacional. O que denota as diversas espirais da dependência, que sequestram qualquer possibilidade de desenvolvimento social popular numa economia periférica sob a estrutura do modo de

produção capitalista (Marini, 1981).

Nas últimas décadas do século XX, o processo de redemocratização e consolidação da democracia no Brasil ocorre mediante um cenário de profunda crise econômica, derivada das mudanças centrais no regime de acumulação capitalista, que irradiam desde o centro, abalando as economias periféricas e impondo uma nova agenda econômica para a estabilização dessas nações. A lógica da acumulação existente entre o período pós-guerra e a década de 1970 (nos denominados 30 gloriosos ou no regime de acumulação fordista), bem como o processo de reconstrução das economias industriais, proporcionava grandes condições para a industrialização brasileira; levando-se em consideração as claras limitações postas a uma economia dependente. Agora, o cenário adverso para o investimento produtivo e as pressões externas para a adoção de políticas de austeridade, liberalização e financeirização da economia nacional, incitava novos debates sobre as possibilidades de desenvolvimento.

Dentro das discussões referentes a este tema, observamos uma retomada da Teoria Marxista da Dependência, especialmente no século XXI, após duas décadas de dominância de políticas e ideias neoliberais no país. Apesar desta retomada, a realização de novas análises acerca da condição dependente da economia brasileira e sobre o desenvolvimento proposto pelas burguesias nacionais permanecem fundamentais. Especialmente por conta da existência de projetos que visam manter a economia brasileira dentro de funções históricas na DIT, mesmo sob governos à esquerda. É o que se expressa no neoextrativismo, entendido enquanto um projeto de desenvolvimento que se processa sob o regime de acumulação flexível característico do sistema capitalista contemporâneo e que mantém a função histórica do Brasil na DIT.

Neste sentido, o presente artigo busca analisar como a pauta neoextrativista, que se estabelece no Brasil na contemporaneidade, reflete o papel dependente do Brasil na economia mundial comandada pelo regime de acumulação flexível. Para se atingir o objetivo da pesquisa, ela será subdividida em três seções distintas. Na primeira seção busca-se compreender, a partir da Teoria Marxista da Dependência, como se integram as economias periféricas às economias centrais - em especial o Brasil - historicamente e no contexto atual, de globalização financeirizada. Em sequência, busca-se demonstrar como as transformações sofridas no regime de acumulação do sistema capitalista levaram a transformações nas dinâmicas econômicas, sociais, produtivas e financeiras existentes em todo o mundo, marcadas pela financeirização, e como essa nova etapa de desenvolvimento do capitalismo aprofunda o abismo entre centro e periferia. Finalmente, ilustramos esta nova conformação socioeconômica brasileira no desenvolvimento do que se convencionou chamar

neoextrativismo e quais suas correlações com a manutenção do país numa posição subordinada na DIT.

2 Dependência e Globalização

Os dilemas ou contradições que trespassam as perspectivas brasileiras — ou num cenário mais geral, dos povos dos países periféricos — na contemporaneidade se estabelecem há já algumas décadas, identificáveis nitidamente desde, ao menos, os anos 1980. Neste cenário, as palavras de Ruy Mauro Marini, em 1992, nos servem como um primeiro quadro para identificar quais as principais questões que nos afetam atualmente:

A crise do socialismo europeu, a revolução científico-técnica e a difusão da doutrina neo-liberal puseram em xeque, nos anos 80, os pontos de referência de que se valiam os meios políticos e intelectuais mais progressistas da América Latina para pensar o futuro da região: os conceitos de desenvolvimento e de dependência. Seu lugar é ocupado hoje por palavras de ordem, entre as quais se destacam a economia de mercado, a inserção no processo mundial de globalização e a redução do Estado. (Marini,1992).

O desenvolvimento atual da economia brasileira é trespassado por pautas como a desigualdade, a pobreza, o baixo crescimento, a degradação ambiental, o relacionamento estreito entre o Estado e o setor privado (que surge de maneira radical no discurso do ‘Estado mínimo’ e *market friendly*) e a sujeição do país aos interesses estrangeiros. Frente a isto, a fundamentação teórica da qual partimos abrange a discussão sobre a situação de dependência das economias periféricas e especialmente a brasileira, seguindo as discussões de Marini e Theotônio dos Santos.

Durante boa parte da segunda metade do século XX, as teorias desenvolvimentistas, formuladas por teóricos ligados à CEPAL — dos quais destacamos Maria Conceição Tavares, Aníbal Pinto; Raúl Prebisch e Celso Furtado, entre outros —, se firmavam como uma grande influência para pensar o desenvolvimento e o funcionamento das economias periféricas (especialmente as latinoamericanas) partindo da análise de suas próprias dinâmicas internas e externas, conferindo novas matizes, no mínimo, ao pensamento econômico mesmo desenvolvimentista tradicionalmente formulado nos centros capitalistas.

Apesar disto, como aponta Marini (1994), o pensamento desenvolvimentista em grande maioria partiu do princípio de que o subdesenvolvimento e o desenvolvimento fossem o mesmo fenômeno, apenas quantitativamente diferente, ou seja, como se houvesse um caminho, que todos os países subdesenvolvidos deveriam percorrer para se tornarem

desenvolvidos. Neste caso, o subdesenvolvimento seria apenas um desenvolvimento incompleto, nada mais, dito de outra forma, seria uma etapa a ser superada. A teoria da dependência parte de um pressuposto totalmente diverso: o subdesenvolvimento e o desenvolvimento são complementares e antagonistas, qualitativamente diversos (Marini, 1994).

Theotônio dos Santos (1970), um dos principais autores da Teoria Marxista da Dependência, nos auxilia a compreender como se estabelece uma estrutura de dependência no sistema internacional de comércio, que abarca tanto o desenvolvido como o dependente. As relações que se estabelecem numa conjuntura globalizada — ou seja, de países de fatos ‘integrados’ em uma economia global — atravessam tanto os mercados de *commodities*, de capital e investimentos, e mesmo de mão-de-obra. Todos estes mercados são a expressão de um cenário de desenvolvimento desigual e combinado (termos caros à teoria da dependência) (Santos, 1970).

O desenvolvimento é desigual pois o crescimento/expansão de partes desse sistema ocorre, necessariamente, a partir da exploração de outras partes. No âmbito financeiro, por exemplo, do ponto de vista dos países centrais, as relações com os países dependentes se referem num geral a ‘empréstimos’ e à exportação de capital (muitas vezes na forma de exportação de maquinário já desatualizado nos centros produtivos), ambas com o objetivo de receber novamente juros e lucros — para além, é claro, de enormes quantias de bens primários para abastecer suas indústrias —, sequestrando os superávits e aumentando seu poder frente aos países dependentes (Santos, 1970).

Do ponto de vista dos países dependentes, este cenário se traduz numa exportação dos lucros das empresas e juros, que carregam grande parte dos superávits internos. No âmbito industrial, para que essas relações, mesmo que pouco rentáveis, sejam ainda assim possíveis, a única saída é a superexploração dos trabalhadores, o que permite em parte uma compensação (na produtividade/massa de mais-valia) pelo pouco capital disponível internamente (Santos, 1970).

As cadeias produtivas viáveis (tendo em vista a escassez de capitais referida) acabam sendo justamente aquelas nas quais há um direcionamento da produção aos interesses dos países centrais, em grande medida bens-salário (principalmente alimentos) e matérias primas para abastecer os processos produtivos que se dão no centro — o que se expressa numa economia nacional profundamente extrativa e baseada sobre a cultura de frutas, açúcar, grãos, carne e couro, borracha, petróleo, minérios, entre outros. Na prática, os países dependentes têm a criação de um mercado interno de consumo, indefinidamente postergada. Marini (1994)

aponta para esta contradição entre necessidades de consumo internas e a própria forma de expansão industrial, que exclui o consumo para grande parte das massas trabalhadoras, nos países mais industrializados da América-latina: “pode-se dizer que estes países dependem de *um mercado de massas – porém, sem massas* que, de fato, o sustentem e ampliem-no progressivamente no futuro” (Marini, 1994).

O processo descrito nos parágrafos anteriores expressa-se como uma transferência gradual da riqueza produzida pelos países dependentes aos desenvolvidos, baseada nas suas desigualdades (em suas capacidades de investimento, na natureza de suas indústrias, na natureza de sua mão-de-obra e na composição de seu mercado interno), é fundamentalmente isto o que dá o caráter combinado do desenvolvimento ao mercado global (Santos, 1970. p.231).

Além dessa dependência financeiro-industrial (pois se manifesta também em investimentos na matriz produtiva por corporações, por exemplo), na conjuntura globalizada surge uma nova forma de dependência (que não exclui, mas se sobrepõe à anterior), baseada no monopólio tecnológico dos grandes centros frente aos países periféricos, que dá origem a uma nova divisão internacional do trabalho. Esta forma superior (no sentido que incrementa a anterior) da dependência tende a produzir níveis de desigualdade ainda maiores entre países, e mesmo entre as próprias forças de trabalho, exigindo um grau maior de capacitação e eficiência (Marini, 1981).

Contudo, o desenvolvimento dependente gera sua própria limitação: por conta da superexploração do trabalho, os países dependentes sacrificam seu próprio mercado interno, pois trabalhadores superexplorados apresentam tendencialmente grandes restrições em seu consumo, têm cerceadas e limitadas suas capacidades técnicas e culturais, e têm sua saúde física ou social (sem contar a saúde de seu ambiente natural) afetadas diretamente. Na economia dependente, a formação de um mercado interno (processo cada vez mais difícil pela monopolização e concorrência internacional sobre investimentos e tecnologia) se torna praticamente impossível pois a população local, totalmente pauperizada, é incapaz de garantir uma expansão da demanda. Isto reforça o papel das economias dependentes como economias exportadoras, especialmente de produtos primários e de baixa tecnologia (Marini, 1994).

Nesta nova divisão internacional do trabalho, países como o Brasil enfrentam processos de desindustrialização e reprimarização de suas estruturas econômicas, que significam nada mais que um reforço à situação de dependência e um sinal de grande atraso nas questões referentes ao desenvolvimento da educação e informação, junto ao desenvolvimento tecnológico. A tendência de desindustrialização parece apontar para um

retorno cada vez maior à especialização produtiva (ou seja, a redução da economia nacional a um caráter primário-exportador), onde há o predomínio dos setores mais atrasados da economia, justamente aqueles nos quais ocorrem a maior superexploração do trabalho (e degradação dos recursos naturais), que conformam as atividades extrativistas⁵.

É importante ressaltar aqui o fato de que as novas relações de dependência surgem e se fortalecem no momento histórico em que observamos a ascensão do regime de acumulação flexível no sistema capitalista. Estes dois fenômenos, aparentemente, não estão desconectados: as novas configurações produtivas advindas da ascensão do Toyotismo (que resulta das imposições que os capitais financeiros colocam sobre a esfera produtiva no regime de acumulação flexível) fazem com que a periferia assuma novas funções, sempre subordinada aos interesses dos países centrais, na divisão internacional do trabalho — tal como pode ser inferido na própria natureza fragmentária que essas indústrias assumem nos países periféricos, altamente dependentes de uma integração com outras indústrias estrangeiras e com pouca capilaridade, ou escopo, para o desenvolvimento de uma planta industrial autônoma.

3 A Financeirização pós-73

A financeirização pode ser compreendida como o momento histórico-econômico em que o capitalismo passa a ser dominado, comandando e determinado pelo regime de acumulação flexível, nos termos de Harvey (2008) ou pelo regime de acumulação com dominância da valorização financeira nos termos de Paulani (2009). Este momento histórico não surge do nada: é fruto direto das crises e tendências apresentadas no sistema capitalista. Para compreender seu surgimento e as implicações destes para as dinâmicas econômicas observadas em todos os níveis, faz-se necessário compreender a crise do regime de acumulação fordista, regime que regeu a acumulação de capital do período pós-guerra até a primeira crise do petróleo em 1973, isto é, durante os “anos dourados” do capitalismo (1945-1973).

⁵ Nesse ponto, gostaríamos de chamar atenção para o fato de que as atividades extrativas incorporam alto nível de tecnologia, para além de sua conformação tradicional, desde a chamada Revolução Verde. Todavia, podemos apontar ainda para um setor extrativo “atrasado” dentro dos padrões de desenvolvimento capitalista, em função do “baixo valor agregado” dos produtos primários no mercado; situação relacionada à transferência de riqueza, ao lucro médio e à especialização produtiva, como desenvolve Marini (1981). Nesse mesmo sentido, faz-se necessário pensar como se aplica a superexploração do trabalho no setor modernizado, com tendência à baixa densidade de mão-de-obra e à especialização técnica. Esforço, no entanto, para futuras elaborações. O que podemos delimitar no momento, é que a superexploração permanece como base das relações de produção na periferia, em termos globais, ou seja, ao levarmos em conta a configuração total da economia e as interações intersetoriais no que diz respeito à produção, circulação e realização de capital.

Um regime de acumulação é constituído pelas dinâmicas económicas e sociais por quais a acumulação de capital se processa em determinado período, isto é, um regime de acumulação é compreendido a partir de dinâmicas sociais e económicas basilares para a acumulação de capital (Paulani, 2009). De acordo com Paulani (2009, p. 25):

O regime de acumulação envolve cinco regularidades sociais e económicas, quais sejam, a forma de organização da produção e a relação dos trabalhadores com os meios de produção, o horizonte temporal da valorização do capital a partir do qual são definidos os princípios de gestão, a composição da demanda social, o padrão distributivo relacionado à reprodução dinâmica das diversas classes e grupos sociais, e a articulação com formas não capitalistas (quando elas ocupam um lugar determinante na formação económica em questão)

Quando há alterações nas dinâmicas económica e sociais - ou regularidades, nos termos de Paulani (2009) -, o regime de acumulação também se altera, especialmente quando tais alterações são profundas. Estas últimas ocorrem, em especial, em momentos de crise, em que os imperativos do capital impõem transformações a fim de assegurar a manutenção da acumulação de capital. Tendo isto em mente, Harvey (2008) defende a concepção de que, com a crise do petróleo em 1973, o regime de acumulação fordista é substituído pelo regime de acumulação flexível.

O regime de acumulação fordista foi o regime em vigor durante o acordo de Bretton Woods, criado logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Nele observamos uma articulação entre Capital, Trabalho e Estado a fim de manter a acumulação de capital, baseada em grande medida, na expansão da produção e do consumo de massas. Nesse período, além das grandes barreiras ao fluxo de capitais, o dólar era lastreado em ouro em uma taxa fixa e outras moedas eram ligadas ao dólar, criando um sistema de trocas sob taxa fixa para as moedas mais fortes do mundo, com o FMI sendo o responsável por aprovar qualquer troca de valores desse sistema de taxas fixas. Em 1973, muito por conta dos efeitos económicos decorrentes da primeira crise do petróleo, o governo americano anunciou o sistema de dólar flexível⁶, basilar para a expansão do modo de regulação neoliberal e para o regime de acumulação flexível.

De toda maneira, discorrer sobre esse processo mais profundamente pode trazer ganhos teóricos importantes para a compreensão da financeirização, e por isso debateremos sobre a mudança do regime fordista para o regime de acumulação flexível.

⁶ O governo dos EUA anunciou que o dólar poderia "flutuar" - isto é, subir e cair com base em forças de mercado nos mercados cambiais internacionais. Isso acabou com o sistema de taxas de câmbio fixas que estiveram no centro do sistema de Bretton Woods (Kotz, 2015)

4 Da Acumulação Fordista à Ascensão do Regime de Acumulação Flexíveis e as Transformações Causadas

O regime de acumulação fordista pode ser compreendido como o regime em que a acumulação capitalista era dominada, comandada e determinada pela esfera produtiva, com a esfera financeira tendo papel auxiliar aos interesses da primeira. Em suma, isto significa dizer que as dinâmicas econômicas da esfera produtiva eram fundamentais para a manutenção e crescimento da acumulação de capital (Harvey, 2008). De maneira geral, o crescimento da acumulação de capital, que neste período se dava sobretudo por meio das dinâmicas socioeconômicas observadas na esfera produtiva, era obtida por meio do crescimento da produção e do consumo em massa. Em essência, o crescimento da acumulação de capital era dependente do crescimento da produção de bens e serviços, crescimento este que resultava em um volume crescente do montante de lucros em posse dos capitalistas (Harvey, 2008).

Ocorre que o crescimento da produção de bens e serviços dependia, diretamente, do crescimento do consumo de massas, de maneira que a acumulação de capital comandada pelo regime de acumulação fordista era dependente da elevação do consumo da classe trabalhadora. É exatamente por esta necessidade que no regime de acumulação fordista observou-se uma valorização do trabalho e a busca por estimular o consumo da classe trabalhadora via oferta de melhores salários e meios para estimular o aumento do poder de compra da população - um dos meios usados para estimular o consumo da classe trabalhadora se deu através da ação dos diferentes aparelhos estatais. Os Estados capitalistas não somente eram estruturados a partir do *Welfare State*, que tinha como finalidade aumentar o poder de consumo da classe trabalhadora (visto que a proteção social diminui custos com serviços essenciais e assegura maior propensão a consumir por parte dos trabalhadores), mas possuíam diversas outras funções a fim de auxiliar a acumulação, tal como é apontado por Harvey (2008). De acordo com o autor, no regime de acumulação fordista, o Estado

[...] se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público - em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção (Harvey, 2008, p. 129).

Na visão do autor, enquanto a economia conseguia proporcionar o bem-estar e atender aos interesses de todas as classes devido à expansão da acumulação, se mantinha uma espécie

de acordo comum, em que as diferentes dimensões da sociedade - Capital, Trabalho e Estado - abriam mão de alguns ganhos e/ou reivindicações e aceitavam suas funções estabelecidas em prol da manutenção do crescimento da renda, do consumo e da produção (Harvey, 2008). Vale destacar que a estruturação da economia global realizada pelo sistema de Bretton Woods cumpriu um importante papel a fim de manter a acumulação de capital no regime fordista, visto que a expansão do comércio global se constituiu enquanto uma fonte de consumo importante para muitas economias, sendo basilar para estimular o crescimento da produção (Garlipp, 2001; Serrano, 2002). Ocorre, entretanto, que as tendências inerentes ao capitalismo se mantiveram atuantes, de maneira que a concorrência intercapitalista e a queda na taxa de lucro tornaram a manutenção do regime de acumulação fordista impossível (Harvey, 2008; Paulani, 2009).

Ao longo da década de 1960, o crescimento da capacidade produtiva das firmas norte-americanas; a reestruturação e reindustrialização das economias europeias e da economia japonesa, antes devastadas pela Segunda Guerra Mundial, e a industrialização parcial de algumas economias periféricas, como é o caso da brasileira, foram responsáveis por elevar a concorrência intercapitalista em todos os níveis, ao mesmo tempo em que o avanço da industrialização e a modernização de diversos setores industriais tornavam a taxa de lucro cada vez menor. Além disso, já na década de 1960 a classe trabalhadora dos países centrais passa a pressionar os capitalistas em busca de melhores condições de trabalho e de vida, abalando ainda mais a relação com o capital sob a ordem do regime de acumulação fordista. Em 1973, com a primeira crise do petróleo, responsável por elevar o preço do principal insumo energético industrial do mundo, a manutenção do regime de acumulação fordista se torna impossível, de modo que este evento é fundamental para compreender a financeirização atuante na contemporaneidade (Gowan, 2003; Harvey, 2008).

Com a queda do regime de acumulação fordista observamos a ascensão do regime de acumulação flexível, regime este originado a partir das condições econômico-sociais presentes no seu antecessor. A impossibilidade de manter o crescimento da acumulação de capital (crescimento este que é uma imposição do modo de produção capitalista) a partir das dinâmicas existentes na esfera produtiva (visto o aumento da concorrência intercapitalista; os aumentos dos custos da produção responsáveis por diminuir os montantes de lucro; e a diminuição da taxa de lucro causada pelo crescimento/modernização industrial), os capitais passaram a fluir rumo à esfera financeira, que oferecia melhores condições de valorização com velocidades mais rápidas de rotação do ciclo do capital, muito por conta das dinâmicas da especulação (Paulani, 2009). É por este motivo que Harvey (2008) compreende o regime

de acumulação flexível, que ascende em 1973 após a primeira crise do petróleo, como um regime comandado pela esfera financeira — em outras palavras a financeirização da economia mundial.

No regime de acumulação flexível observamos uma dominância dos capitais financeiros que subordinam não apenas a esfera produtiva ao atendimento de seus interesses e necessidades, mas todos os setores/fenômenos da sociedade — reconhece-se o fato de que os capitais financeiros passam a atuar frente todas as esferas da vida social, seja comandando políticas econômicas aplicadas pelos Estados; seja atuando frente aos indivíduos, que têm suas vidas moldadas pelas novas dinâmicas estabelecidas.

Como a acumulação de capital na esfera financeira é extremamente volátil (especialmente quando comparada com as dinâmicas que ocorrem na esfera produtiva), no regime de acumulação flexível exige-se grande flexibilidade das dinâmicas econômicas e sociais, a fim de assegurar a reprodução do capital dominada/determinada pelos capitais financeiros. Os efeitos da dominância da esfera financeira sobre a esfera produtiva e sobre todo o tecido social são diversos, mas nesta pesquisa destacamos dois: o fato das dinâmicas observadas na esfera produtiva terem se transformado e o fato do neoliberalismo se tornar um pilar fundamental para a acumulação de capital na contemporaneidade.

De acordo com Paulani (2009), a dominância da valorização financeira foi responsável por transformar as dinâmicas socioeconômicas existentes na esfera produtiva, visto a subordinação desta última à primeira. De acordo com a autora:

A prevalência da valorização financeira é qualitativa mais do que quantitativa. O fato de sua exterioridade em relação à produção ter se alojado no seio mesmo da esfera produtiva é que explica um sem-número de mudanças aí ocorridas, seja na relação de trabalho (crescimento do trabalho precarizado e informal, do número de trabalhadores temporários, autônomos e em tempo parcial etc.), seja na forma de gestão do processo de trabalho (trabalhadores flexíveis, toyotismo), seja ainda na organização do processo produtivo como tal (generalização do just in time, costumeirização da produção, deslocalizações produtivas). (Paulani, 2009, p. 28)

A existência de diversas transformações nas relações de trabalho, nas formas de gestão dos processos de trabalho e nas organizações do processo produtivo tiveram impactos gigantescos sobre as economias de todos os países periféricos, especialmente quando levamos em conta o fato do Toyotismo ter se tornado o *modus operandi* predominante sobre a gestão e organização do processo de trabalho em nível mundial.

Em essência, com o Toyotismo, as grandes firmas passam a deslocalizar sua produção para países periféricos, especialmente naqueles em que existe/persiste a superexploração do trabalho, com o objetivo de reduzir custos e elevar lucros (Harvey, 2005). A deslocalização

produtiva criou novas formas de industrialização, assim como novas formas pela qual a dependência se manifesta, mas em nada significou uma alteração do quadro de exploração das economias periféricas pelas economias centrais/industrializadas (Harvey, 2005).

Se a acumulação flexível ascende como o regime de acumulação dominante e determinante das dinâmicas produtivas (sendo responsável pela ascensão do Toyotismo), este regime passa a exigir não somente transformações profundas na forma pela qual as políticas econômicas são praticadas, mas também mudanças significativas nas ideias e pensamentos político-econômicos dominantes nas diferentes sociedades. Tal necessidade de novas ideias, comportamentos e práticas políticas significava, em última instância, a necessidade de alterar aquilo que Paulani (2009) denomina de modo de regulação que, em seu entendimento “[...] vem a ser o conjunto dos procedimentos e comportamentos individuais ou coletivos capazes de reproduzir as relações fundamentais ao processo de acumulação, sustentar e pilotar o regime de acumulação em vigor e garantir a compatibilidade de um conjunto de decisões descentralizadas”. (Paulani, 2009, p. 25)

O neoliberalismo, que pode ser compreendido tanto como uma estratégia econômica quanto uma ideologia potente, é, em nossa compreensão, o modo de regulação basilar do regime de acumulação flexível. Com os governos de Reagan e Thatcher nos anos 80 houve a expansão desse modelo, que se generalizou nos anos 90, gerando as transformações propícias para a ascensão do neoliberalismo. Em 80 o sistema neoliberal foi implementado com duas características, flutuação gerenciada e a livre circulação de bens, serviços e capital (Kotz, 2015). Tal como o sistema de Bretton Woods fora fundamental para o regime de acumulação fordista, o neoliberalismo é fundamental para o regime de acumulação flexível.

O modo de regulação neoliberal busca a maior integração comercial e financeira de todos os países por meio da destruição dos mecanismos de controle dos fluxos de capitais, abertura comercial, privatizações e endividamento das economias periféricas (Gowan, 2003). Os endividamentos de economias periféricas, são financiados pelas economias centrais, principalmente EUA, que por meio do FMI, impõem condicionalidades a fim de assegurar e estimular a aplicação de receituários macroeconômicos determinados pelo “Consenso de Washington” (Medeiros; Sarti, 2021). Nos países integrados à lógica neoliberal, as políticas econômicas são baseadas nos interesses econômicos e corporativos de atores como os bancos, as grandes empresas e os donos de ativos dolarizados.

Os EUA como centro motor dessa reestruturação do sistema promoveu grandes mudanças institucionais na era neoliberal, principalmente se tratando de mudanças do governo e sua relação com a economia, entre elas podemos citar a renúncia da política de

gestão da demanda de inspiração keynesiana; desregulamentação das indústrias de base e do setor financeiro; enfraquecimento das políticas de segurança do trabalho e sua regulamentação; redução da aplicação das leis antitruste; terceirização de atividades antes realizadas pelo Estado; eliminação ou cortes em programas de bem-estar social; e redução de políticas que visavam reduzir desigualdades (Gowan, 2003; Kotz, 2015).

Dito de outra maneira, com a ascensão do regime de acumulação flexível, novas funções passam a ser atribuídas aos Estados, que progressivamente abandonam o modelo do *Welfare State* e outras funções para adotar políticas pró-valorização financeira e que assegurem flexibilidade para os capitais (segundo, assim, a cartilha defendida pelo Consenso de Washington). Ao mesmo tempo, os indivíduos passam a lidar com novas dinâmicas, ideias, valores e ideologias em sua vida cotidiana, que são basilares para a manutenção da acumulação de capital neste novo regime.

5 O Neoextrativismo

Mediante o cenário global de transformação nas dinâmicas basilares para o processo de acumulação de capital - que definimos aqui como constituindo o processo de financeirização do capitalismo e ascensão do neoliberalismo - e a conseqüente atualização das relações de dependência que implica, é possível observarmos três principais movimentos de readaptação da economia brasileira às flutuações internacionais até aqui mencionadas: 1º) adoção subordinada e irrestrita da cartilha neoliberal; 2º) implementação de um projeto neodesenvolvimentista neoextrativista e 3º) retomada violenta da cartilha neoliberal sob um movimento neoconservador.

Damos enfoque especial ao segundo movimento, representado pela guinada à esquerda, neodesenvolvimentista e de base neoextrativista, que explicita em termos reais a impossibilidade de superação da dependência no interior da estrutura capitalista e a eventual ineficiência de reformas que não quebram com o padrão de exploração do trabalho e saque da natureza pelas elites nacionais e estrangeiras. Para isso, todavia, faz-se necessário observarmos as dinâmicas anteriores e posteriores para melhor compreendermos todo o processo de retomada primário-exportadora que perpassa a economia brasileira no século XXI.

Dito isto, analisemos o primeiro momento, que corresponde à reação imediata das economias latino-americanas à crise generalizada desencadeada pela fuga de capitais que decorre dos choques do petróleo e do juro, de 1973 e 1979, respectivamente. A América

Latina então passa por uma crise na balança de pagamentos, a partir do redirecionamento dos investimentos estrangeiros para aplicações financeiras mais seguras em *Wall Street*, dado à estabilidade adquirida pelo dólar com a quebra do sistema de Bretton Woods e seu posicionamento enquanto moeda internacional auto-lastreada (Gowan, 2003; Paulani, 2012). A capacidade de aquisição de crédito e de pagamento da dívida externa adquire, a partir daí, papel central como estabilizador econômico no capitalismo financeirizado, especialmente para as economias periféricas, mais fragilizadas (Gowan, 2003). O que influencia fortemente a adoção das medidas de cunho neoliberal que conformam em parte o regime de acumulação flexível. Portanto, a estratégia adotada pelos governos latino-americanos e reforçada pelas organizações financeiras multilaterais, é de abertura dos mercados e liberalização da economia, com destaque para medidas macroeconômicas de austeridade, atuando no eixo globalização/neoliberalismo, que embasa essa etapa de desenvolvimento do sistema capitalista (Gowan, 2003; Paulani, 2012a).

Podemos dizer que este é o marco da inserção forçada latino-americana no processo de financeirização do capital. Isso porque a estrutura conformada para o fluxo de capitais no regime de acumulação flexível, reforçada pelas instituições financeiras multilaterais, sobrepõe a capacidade de tomada de decisão dos governos nacionais e redireciona a política econômica latino-americana para uma reforma que lhe desfavorece no comércio internacional, estimula a desindustrialização e perpetua sua situação desvantajosa e subordinada na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), enquanto economias primário-exportadoras. Logo, a adoção de um modelo produtivo e de acumulação de capital movido a partir do setor das finanças, não é uma escolha que parte das economias latino-americanas, mas uma imposição desde fora, que garante a manutenção das estruturas de acumulação e reprodução de capital no regime de acumulação flexível.⁷

No Brasil, a crise da balança de pagamentos e fuga de capitais só é superada com o ingresso de capitais externos e renegociação das dívidas, o que propulsiona o aumento das imposições para obter acesso a empréstimos de organizações financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial, que atendem aos interesses dos EUA. Sendo assim, a lógica do “Consenso de Washington” passa a ser aplicada nacionalmente. Sobre essa nova fase de

⁷ Apesar de se tratar de um movimento de adaptação aos rumos da economia mundial, fortemente impelido pelos organismos multilaterais agentes do imperialismo, precisamos destacar que a adoção irrestrita do modelo neoliberal interessa primordialmente às burguesias, sendo o Estado seu instrumento de gerenciamento socioeconômico e espacial dentro da estrutura capitalista. De maneira que há um importante elemento de escolha, uma estratégia específica do capital de retomada da captura de excedentes. É importante apontarmos, no entanto, como o processo de financeirização do capitalismo mina qualquer possibilidade de desenvolvimento econômico de base nacional, alimentando uma classe rentista que se apropria de excedente de maneira desterritorializada.

endividamento e desenvolvimento nos marcos da acumulação flexível e neoliberalismo, Medeiros e Sarti dizem:

O novo ciclo de endividamento e aumento de ingresso de fluxos financeiros, base para a estabilização dos preços na região, foi precedido pelo dismantelamento dos mecanismos de controle dos fluxos de capitais, ampla abertura comercial e leilões de privatizações das empresas públicas (...) os ‘technopols’, o Banco Central e o Tesouro assumiram maior poder do Estado, subordinando as demais burocracias e técnicos da estrutura pública que exerciam funções importantes no planejamento econômico (Medeiros; Sarti, 2021)

A partir deste momento, a prioridade se torna a ancoragem dos preços na taxa nominal de câmbio em defesa dos interesses da elite econômica exportadora, o que afeta de maneira assimétrica os vários setores econômicos do país. De um lado, temos empresas nacionais que necessitam de uma taxa de câmbio depreciada para obter competitividade no cenário internacional; do outro, atores altamente integrados ao comércio, investimento e finanças internacionais, que desejam a taxa de câmbio estabilizada para evitar que seus lucros sejam afetados por flutuações da taxa de câmbio em qualquer ponto de sua cadeia de produção (tendo em vista que dependem da importação de produtos/capitais) (Frieden, 2015). Além disso, também foram aplicadas a elevação da taxa de juros e as privatizações de empresas estatais, visando a atração de fluxos financeiros. Isso demonstra a subordinação da política econômica brasileira ao FMI e aos atores internacionais dolarizados, mediante a volatilidade dos fluxos financeiros, fragilidade do balanço de pagamentos e fuga de capitais, que resulta na desnacionalização da riqueza financeira e produtiva do Brasil e uma inserção econômica subordinada às finanças (Medeiros; Sarti, 2021)

Esses movimentos denotam a atualização das relações de dependência no atual estágio do capitalismo financeirizado. A captura por endividamento, que desfaz boa parte da planta industrial na América Latina e força um movimento de abertura econômica voltada para as aplicações financeiras, atua como novo fluxo de remessa de capital da periferia ao centro do sistema (Harvey, 2004; Paulani, 2012). Precisamos nos deter nesse ponto em especial para compreendermos o processo de “reprimarização”⁸ que a pauta de exportação brasileira sofre daí em diante.

A partir da década de 1990, segundo Paulani (2012), a estabilização da moeda e o aumento da taxa de juros funcionam como mecanismos de inserção ativa brasileira nos mercados financeiros internacionais, como forma de atração de investimentos externos via

⁸ Destacamos “reprimarização”, como indicativo de que a produção primária permanece inalteradamente motor da acumulação e reprodução de capital no Brasil, mesmo durante os períodos de mais intensa industrialização da pauta produtiva nacional.

valorização financeira. O que acontece é um redirecionamento do foco das políticas macroeconômicas do investimento produtivo para o setor das finanças, reflexo de um movimento mundial, como discorremos anteriormente, de dominância das finanças no capitalismo contemporâneo. Consequentemente, a planta industrial nacional sente o impacto da perda de financiamento ao longo do tempo, o que descamba numa exponencial desindustrialização da pauta produtiva nacional, sobremaneira acentuada a partir da primeira década do século XXI (Paulani, 2012).

Faz-se uma escolha nacional, estruturalmente conformada, pela acumulação rentista. Isso significa que os desdobramentos do regime de acumulação pós-fordista impelem a movimentos liberalizantes na economia brasileira com vistas à estabilização, porém há um elemento de escolha política nacional de favorecimento irrestrito das elites sobre qualquer interesse popular, que direciona a adoção completa de uma cartilha neoliberal orientada pelos Consenso de Washington, completamente descolada de algum grau de bem-estar social.

Começa a delinear-se então o avanço dos investimentos estatais para o setor primário, visando a inserção nos mercados de ativos como alternativa nacional de alavancagem financeira. A liberalização da economia e o estrangulamento externo provocado pelas generalizadas crises econômicas na América Latina impulsionam nacionalmente a concentração de terras e capitais na agricultura, bem como a proliferação de propriedades improdutivas, que refletem um setor fundamentalmente voltado para a acumulação rentista e atração de divisas (Delgado, 2005; Paulani, 2012).

O agronegócio - enquanto expressão da junção entre grande capital industrial, financeiro e latifundiário, ancorados no subsídio estatal - adquire novamente papel central no equilíbrio do balanço de pagamentos (Delgado, 2012). A ideia fomentada primariamente pelos governos FHC, especialmente após a crise cambial de 1998, é o investimento na exportação de *commodities* para a entrada de divisas que alimentassem o pagamento de Serviços, ou seja a remuneração do capital a juro, e a entrada brasileira nos mercados financeiros (Delgado, 2012). O setor primário assim conformado, no entanto, garante exponencialmente baixo retorno multiplicador, pela diminuta geração de emprego dada à alta intensidade tecnológica do setor modernizado, a restrição da demanda interna em prol do superávit da balança comercial e a expansão de latifúndios improdutivas (Delgado, 2005). O que demonstra não só o predomínio das finanças domesticamente, retrato da atual fase do capitalismo, como também o apoio direto do Estado brasileiro a um modelo produtivo centralizado no grande capital e na tese das vantagens comparativas, de baixo impacto na promoção da qualidade de vida da população.

Frisamos que a condução de um modelo econômico primário-exportador essencialmente voltado para fora é uma constante na economia brasileira, desde sua integração forçada à dinâmica capitalista, pela via colonial. As relações de dependência que subjagam a periferia ao centro do sistema capitalista, a superexploração do trabalho e o intercâmbio desigual não foram superadas pelo desenvolvimento temporário de uma planta industrial nacional, o que demonstra a manutenção e centralidade dessas na expansão e reprodução do capitalismo (Marini, 1981; Tavares, 2016). Portanto, o que se instaura do último quarto do século XX em diante é um processo ao qual podemos caracterizar como atualização ou mesmo aprofundamento das relações de dependência, determinadas pelas dinâmicas existentes no setor das finanças. A captura pelo endividamento e o poder coercitivo do capital financeiro, embasado em um regime de acumulação flexível dólar-centrado autolastreado, posicionam o saque institucionalizado dos fatores de trabalho da periferia - por métodos violentos e imperialistas - como égide da acumulação capitalista⁹ (Gowan, 2003; Harvey, 2004).

É nesse cenário que se inicia o que vasta literatura denomina “Onda Rosa” ou a virada à esquerda que ocorre na maioria dos países latino-americanos, representada no Brasil pela eleição de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Aqui se delineia o segundo momento de readaptação das engrenagens da acumulação capitalista no Brasil, caracterizado pelo neodesenvolvimentismo de cunho neoextrativista. Esse período descamba em movimentos interessantes para a reconfiguração econômica e social brasileira, que envolve oscilações contraditórias. Por exemplo, avanços nas pautas sociais, políticas de distribuição de renda e preservação ambiental¹⁰ são contrapostos por crescente arranjo de forças oligárquicas internas com o capital transnacional, que põe em xeque esses mesmos avanços em direitos (Svampa, 2019; Pompeia, 2020).

Svampa (2019) aponta o fenômeno do neoextrativismo como a expressão dos contrastes que implicam esses múltiplos movimentos. Por um lado, a ascensão de um modelo extrativo 4.0 e extremamente modernizado é mobilizado pelos governos progressistas latino-americanos da primeira década do século XXI como a possível solução imediata para

⁹ Aqui nos referimos ao conceito da Acumulação por Espoliação de Harvey (2004), que denota o continuado saque dos fatores de trabalho, típico da Acumulação Primitiva, como mecanismo central para a reprodução expandida do capital, que retira de fora de si (ou seja, de métodos pré-capitalistas de exploração e produção) as condições para sua exponencial expansão e realização. O autor segue para demonstrar que a Acumulação por Espoliação se tornou o principal pilar da organização e da exploração capitalista na economia financeirizada, sobre a base da reprodução expandida do capital.

¹⁰ Uma preservação ambiental de cunho conservacionista e muito ligada a uma geopolítica ambiental imperialista, conforme evidencia Camely (2018). Não iremos, contudo, nos aprofundar nessa discussão no momento.

alavancar o desenvolvimento regional (Svampa, 2019). Por outro, o levante de movimentos de resistência ao avanço violento do capital sobre as fronteiras naturais busca impedir os efeitos colaterais imediatos e futuros que esse exato modelo econômico representa (Svampa, 2019). O ponto focal dessa dinâmica - a contradição central, por assim dizer – é justamente a tentativa de reconciliação do irreconciliável: a instrumentalização da estrutura capitalista para a promoção do desenvolvimento nacional, que implica uma ampliação do acesso ao consumo calcada na iminente deterioração das condições de vida da classe trabalhadora.

A deterioração é iminente por três motivos. Primeiro, porque, no longo prazo, a manutenção da exploração capitalista sobre as frentes naturais tende ao desequilíbrio metabólico do planeta, com efeitos desastrosos para a vida humana na Terra (Barreto, 2018). Segundo, porque a ampliação do consumo é calcada no acesso ao financiamento bancário e na expansão do setor de serviços e às flutuações progressivamente intensas do regime de acumulação financeirizado (Gowan, 2003; Marini, 1981; Paulani, 2012). Terceiro, porque a escolha por uma estratégia de geração de riqueza embasada na inserção no mercado de *commodities* e na criação de condições vantajosas à valorização financeira, para além de não quebrar o padrão de subjugação nacional aos interesses do capital externo, promove a concentração extraordinária de capital e poder político por uma elite nacional ligada ao setor extrativo-financeiro que, frente à primeira crise cíclica, avança para o desmonte dos direitos adquiridos, recrudescendo a adoção da cartilha neoliberal em sua faceta neoconservadora (Paulani, 2012; Pompeia, 2020).

Esses fatores demonstram o caráter eminentemente estrutural da dependência e da crise que perpassa a economia capitalista sob o padrão de acumulação e reprodução do capital calcados na espoliação, bem como da conformação de uma nova DIT embasada na exploração ainda mais violenta, intensiva e extensivamente, dos recursos naturais nas economias periféricas. Ou seja, a própria lógica de funcionamento da economia capitalista, impulsionada primariamente pela realização do lucro no mais curto prazo, impede a articulação real de projetos de preservação da vida e faz prevalecer invariavelmente os interesses das burguesias nacionais e transnacionais sobre os poucos direitos adquiridos pela classe trabalhadora. Especialmente na América Latina, onde a superexploração do trabalho é condição essencial para sua inserção econômica capitalista.

A estrutura financeira que ancora e fomenta esses processos de desenvolvimento nacional pela via extrativista implica na conseqüente promoção da concentração e centralização de capitais e terras, da monocultura latifundiária e dos grandes projetos minerais e energéticos, do fomento à acumulação rentista e da interferência externa direta via mercado

financeiro (Svampa, 2019). Isso porque, opta-se por um modelo de produção primária focado no mercado de *commodities*, principalmente a partir do impulso chinês. Gesta-se assim o fortalecimento das burguesias nacionais ligadas aos complexos agroindustriais no Brasil, que passam a se articular politicamente para a promoção de seus interesses e que tomam a dianteira em pressionar os governos progressistas (principalmente os governos de Dilma Rousseff) a seu favor, quando o *boom das commodities* se retrai e a economia brasileira entra em crise (Delgado, 2012; Paulani, 2012; Pompeia, 2020; Svampa, 2019).

Completa-se assim o movimento de retomada neoconservadora da cartilha neoliberal, gestado no interior do aparelho estatal durante todo o período de social-democracia neodesenvolvimentista dos governos PT (Ribeiro; Loural; Amaral, 2020). Frente às contradições inerentes do capitalismo, que explodem no contexto da crise de 2008 (que passa a afetar o Brasil de maneira mais intensa de 2014 em diante), em consonância a movimentações semelhantes por todo o globo, ocorre a ascensão de discursos neoconservadores, que se prometem antiglobalistas e radicais (Harvey, 2004; Valle, Narciso, 2021). O acirramento das tensões sociais e, em especial, das insatisfações das classes médias, propulsionados pela mídia e pelas elites, fornece terreno fértil para o desmantelamento dos projetos redistributivos e de preservação, que podem representar algum tipo de desaceleramento imediato do lucro obtido pelas atividades extrativo-financeiras.

A bancada ruralista, liderada pela FPA, maior bancada do Congresso brasileiro atualmente, torna-se central para a articulação desses interesses e formação de um verdadeiro “agrogolpe”, que garanta a segurança jurídica do setor primário (Pompeia, 2020; FPA, 2022). Segurança jurídica refere-se aqui à instrumentalização do Estado em favor da ampla e violenta entrada do grande capital sobre as fronteiras naturais inexploradas, Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Embasadas pelo esvaziamento jurídico-administrativo, representado pelo aparelhamento ou desmantelamento de órgãos como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), além do próprio Ministério do Meio Ambiente (MAM) sob a gestão Salles, bem como pela aprovação de um verdadeiro pacote de Leis, Medidas Provisórias e Instruções Normativas, com o intuito de atacar a estrutura legal protetiva dos biomas nacionais e territórios tradicionais (Bonfim, Packer, 2021; Malheiro, Michelotti, Porto-Gonçalves, 2021).

Esse movimento, expressa não apenas a prevalência dos interesses oligárquicos e das elites nacionais dentro da estrutura capitalista, mas a face dependente do regime de acumulação flexível, pautado no saque e na exploração da periferia pelo centro do sistema

capitalista. Afinal de contas, a expansão de atividades extrativas sobre as fronteiras naturais, a compressão dos direitos trabalhistas e a fragilização democrática (mesmo que dentro da institucionalidade burguesa) que isso implica, foi e é, direta ou indiretamente, patrocinado pelos grandes fundos de pensão, investimento, seguradoras e empresas transnacionais que aplicam capital no setor agro-minero-energético brasileiro e dele dependem para a realização do capital (Kato, 2021).

Em nível estrutural, buscamos demonstrar que não somente o neoextrativismo surge como consequência do regime de acumulação flexível na periferia, como também se torna estruturante para a reprodução ampliada do capital, o que representa a atualização ou aprofundamento das relações de dependência sob as quais a América Latina e o Brasil estão condicionadas desde sua inserção colonial no modo de produção capitalista. Isso implica na insuficiência da reforma para a solução dessas contradições, o que se acentua em urgência mediante o colapso metabólico que se aproxima.

6 Considerações Finais

Tentar compreender e articular fenômenos globais e locais não constitui uma tarefa fácil, apesar de sua importância basilar. De maneira geral, muitos autores marxistas realizaram este esforço, especialmente aqueles que buscaram compreender as determinações da economia capitalista global sobre a região latino-americana. Este esforço é realizado neste artigo, em que buscamos analisar e esmiuçar as relações existentes entre a financeirização da economia, a dependência e o neoextrativismo, entendido enquanto uma estratégia de desenvolvimento levada a cabo pelo Estado brasileiro e pelas burguesias nacionais que nele possuem grandes interesses.

Como buscamos argumentar na introdução, pensar o desenvolvimento e a forma pela qual este desenvolvimento é buscado constitui-se enquanto uma das tarefas mais relevantes acadêmica e politicamente no Brasil. É dentro deste quadro que o artigo se desenvolve.

Na primeira e na segunda seções após a introdução, buscamos analisar o surgimento e as implicações da financeirização sobre todas as economias e sociedades do mundo. Resumidamente, argumentamos que a financeirização advém da crise do regime de acumulação fordista, que encontra fim devido às suas próprias dinâmicas e lógica de expansão e reprodução da acumulação de capital. Com a queda do regime de acumulação fordista, observamos a ascensão do regime de acumulação flexível; neste regime as finanças passam a impor seus interesses sobre diversos setores econômicos e sociais, dominando em especial a

esfera produtiva, assim determinando o modo como diversas dinâmicas econômicas e sociais se processam. O domínio da esfera produtiva pela esfera financeira faz com que se observe diversas transformações que impactam não somente a classe trabalhadora em nível mundial, mas também a forma pela qual a produção industrial se desenvolve em nível global - podemos citar, por exemplo a ascensão do Toyotismo enquanto *modus operandi* da organização e produção industrial e a deslocalização produtiva como um sintoma desse novo *modus operandi*. Além disso, para se manter as dinâmicas sociais e econômicas estruturadas e funcionando conforme requerido, observa-se a ascensão do modo de regulação neoliberal, que passa a funcionar não apenas como receituário econômico, mas a moldar também subjetivos a fim de assegurar a reprodução do capital.

Na terceira seção após a introdução, buscamos argumentar que a existência de relações de dependência na economia global não apenas permanece ativa (constituindo-se um elemento importante de análise da realidade brasileira, portanto), como também sofre transformações devido às novas dinâmicas produtivo-financeiras advindas com o regime de acumulação flexível. Os países periféricos, a despeito de continuarem exercendo papel central no que tange a transferência de valor para os países centrais, passam a lidar com novas relações de exploração marcadas pela deslocalização produtiva; dívidas oriundas de empréstimos; envio de remessas de lucro; domínio tecnológico por parte dos países centrais etc. (sendo que as transformações da situação dependente ocorrem a décadas, tal como há muito fora notado por Vânia Bambirra). Neste quadro, apesar das relações de dependência alterarem sua forma, seu conteúdo não apenas permanece o mesmo como há uma intensificação da exploração - visto que as novas relações de dependência surgidas na contemporaneidade asseguram, ao fim e ao cabo, maiores volumes de mais-valor produzido nas economias periféricas transferido para as economias centrais, seja por meio de capital-dinheiro, seja por meio de capital-produto.

Se as dinâmicas econômicas e sociais se modificam com a ascensão do regime de acumulação flexível (que faz surgir o Toyotismo e o modo de regulação neoliberal) paralelamente há um reforço da condição dependente dos países periféricos (visto que a dependência passa a se expressar de novas formas sem que as antigas tenham perdido relevância/importância enquanto mecanismos de transferências de mais-valor). É basilar compreendermos o neoextrativismo tendo como referência esses dois fenômenos.

A quarta seção após a introdução busca argumentar que o Brasil se encontra submetido às determinações do capital regido pela financeirização e está submerso nas relações de dependência que o constituem. Neste quadro, as burguesias internas brasileiras, ligadas aos

interesses dos capitais financeiros externos (tanto para tirar proveito quanto por necessidade), e o Estado Brasileiro adotam políticas que favorecem a reprodução dos capitais financeiros. Dentro desta lógica, o neoextrativismo surge enquanto um dos tipos de desenvolvimento defendidos por elites econômicas e políticas brasileiras, que defendem discursivamente que o aprofundamento das funções históricas do Brasil pode trazer benefícios para toda a sociedade civil. Ocorre, entretanto, que conforme apontado, o neodesenvolvimentismo não apenas está submetido à lógica de exploração característica do regime de acumulação flexível, mas cria problemas sociais no curto (visto questões trabalhistas, falta de geração de empregos e prejuízo a diversos setores econômicos) e no longo prazo (visto os problemas ambientais gerados pela contínua desestruturação do meio ambiente e do avanço da exploração ambiental comandada pela lógica dos capitais financeiros).

O exposto neste artigo buscou compreender a forma que as transformações na economia global condicionaram e/ou moldaram as dinâmicas sociais e econômicas no Brasil, país historicamente dependente que, na contemporaneidade, vem adotando uma busca por se desenvolver (ou se inserir na Divisão Internacional do Trabalho) baseada na adoção de um modelo a neoextrativista. As implicações da condução econômica e política observadas no Brasil podem ser sentidas na pele por milhões de trabalhadores e por toda a sociedade civil brasileira, que convive com milhões de desempregados; com trabalhos crescentemente precários; e com um cenário ambiental progressivamente fragilizado em prol do rentismo.

Referências

BARRETO, Eduardo Sá. **O Capital na estufa: para a crítica da economia das mudanças climáticas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BONFIM, Joice; PACKER, Larissa. Presidência e parlamento a serviço dos grileiros: legislar para grilar. **Agro é Fogo**, 2021. Disponível em: <<https://agroefogo.org.br/presidencia-e-parlamento-a-servico-dos-grileiros-legislar-para-grilar/>>. Acesso em: 25/02/2022.

DELGADO, Guilherme Costa. Questão Agrária no Brasil:1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. 1. ed. Brasília DF: IPEA, 2005, v. 1, p. 51-90.

_____. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. 1 ed. UFRGS Editora: 2012

FRIEDEN, Jeffrey A. **Currency politics, the political economy of exchange rate policy**. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2015.

GARLIPP, José Rubens Damas. **Economia desregrada: Marx, Keynes e Polanyi e a riqueza no capitalismo contemporâneo**. 2001.

GOWAN, Peter. **A Roleta Global**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

HARVEY, David. **Condição Pós- Moderna: Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 17a edição. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

Harvey, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KATO, Karina. **O Agronegócio e o Estado brasileiro: quem lucra quando a boiada passa?** Agro é Fogo, 2021. Disponível em: <<https://agroefogo.org.br/o-agronegocio-e-o-estado-brasileiro-quem-lucra-quando-a-boiada-passa/>>. Acesso em: 25/02/2024.

KOTZ, David M. **The rise and fall of neoliberal capitalism**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2015.

LENIN, Vladimir. I. **O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2010.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes Amazônicos: Para repensar o Brasil e o mundo**. São Paulo: Expressão Popular - Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **A crise do desenvolvimentismo**. 1994. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1994/mes/90.htm>>. Acesso em: 10 de nov. de 2023

_____. **Desenvolvimento e dependência**. 1992. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1992/mes/desenvolvimento.htm>>. Acesso em: 10 de nov. de 2023

_____. **Dialéctica de la Dependencia**. 5. ed. México: Era, 1981.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; SARTI, Fernando. Soberania, desenvolvimento e sociedade. **Economia e Sociedade**. Campinas, Unicamp. IE, 2021

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados [online]**. 2009, v. 23, n. 66, pp. 25-39. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000200003>>. Acesso em: 28 de nov. de 2023.

_____. A Inserção da Economia Brasileira no Cenário Mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. In: **Boletim de Economia e Política Internacional**, [s. l], v. 10, n. 10, p. 89-103, abr. 2012. Trimestral. IPEA.

POMPEIA, Caio. **Concertação e poder: O agronegócio como fenômeno político no Brasil**. São Paulo: USP, 2020.

RIBEIRO, Cássio Garcia; LOURAL, Marcelo Sartorio; AMARAL, Marisa Silva. Neoliberalismo *reloaded*: contrarreformas para barrar o social-liberalismo estatal dos governos PT. In: **Anais do XXV Encontro Nacional de Economia Política**. 2020.

SANTOS, Theotonio Dos. The structure of dependence. **The american economic review**, v. 60, n. 2, p. 231-236, 1970.

SERRANO, F. 2002. **Do ouro imóvel ao dólar flexível**. Economia e Sociedade. Campinas, jul./dez

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias**. Guadalajara: Calas, 2019. Universidad de Guadalajara.

TAVARES, Maria da Conceição. The Growth and Decline of Input Substitution in Brazil. In: **Eclac Thinking: Selected Texts (1948-1998)**. United Nations, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/40881?locale-attribute=en>>. Acesso em: 03/03/2022.

VALLE, André Flores Penha. Capital financeiro, frações de classe e a crise política de 2015-16. Em: PENHA, André Flores; VALLE, Pedro Felipe Narciso. **A Burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro**. 1ª ed. Florianópolis, SC: Enunciado Publicações, 2021.